

**Exmo(a). Senhor(a) Doutor(a) Juiz de
Direito da 2ª Secção de Comércio da
Instância Central de Vila Nova de
Famalicão**

J1

Processo nº 2374/16.2T8VNF

Insolvência de “Virgílio António Leite de Sousa”

Apenso da Reclamação de Créditos

Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva, Economista com escritório na Quinta do Agrelo, Rua do Agrelo, nº 236, Castelões, em Vila Nova de Famalicão, contribuinte nº 206 013 876, Administrador da Insolvência nomeado no processo à margem identificado, vem requerer a junção aos autos das seguintes relações:

Anexo A – Relação dos créditos reconhecidos, nos termos do nº 2 do artigo 129º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa: **montante dos créditos, sua natureza e discriminação;**

Anexo B – Relação dos créditos reconhecidos, nos termos do nº 2 do artigo 129º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa: **informações sobre as garantias, privilégios e condições suspensivas e/ou resolutivas dos créditos reconhecidos;**

Anexo C – Relação dos créditos não reconhecidos, nos termos do nº 3 do artigo 129º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa: **valores não reconhecidos e motivos justificativos;**

Anexo D – Lista dos créditos reconhecidos que não foram reclamados.

P.E.D.

O Administrador da Insolvência

(Nuno Oliveira da Silva)

Castelões, 16 de junho de 2016

Insolvência de “Virgílio António Leite de Sousa”

Processo nº 2374/16.2T8VNF da Instância Central de Vila Nova de Famalicão – 2ª Secção de Comércio – J1

A n e x o A

(Relação dos créditos reconhecidos, nos termos do nº 2 do artigo 129º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa: montante dos créditos, sua natureza e discriminação)

Insolvência de "Virgílio António Leite de Sousa"
Processo nº 2374/16.2T8VNF da 2ª Secção de Comércio (J1) da Instância Central de Vila Nova de Famalicão
Lista dos créditos reconhecidos (nº 2 do artigo 129º do C.I.R.E.) - Montante dos créditos, sua natureza e discriminação

#	Identificação do Credor	Montante dos Créditos e sua Natureza					Discriminação dos Créditos				Mandatário	
		Garantidos	Privilegiados	Comuns	Subordinados	Sob Condição	Capital	Juros	Taxa de Juro	Fundamento		
1	Banco BPI, S.A. Rua Tenente Valadim, nº 284 4100-476 Porto NIF / NIPC: 501 214 534			6 210,00 €			6 210,00 €				Relacionado	
2	Banco Cofidis, S.A. Avenida 24 de Julho, nº 98 1200-870 Lisboa NIF / NIPC: 500 280 312			1 170,77 €			468,39 €	702,38 €	Taxa de juro contratual de 39%		Cartão crédito	Tomaz Andrade Rocha, Dr. Avenida Fontes Pereira de Melo, nº 3, 9º Direito 1069-108 Lisboa NIF: 118 376 008
3	Banco Comercial Português, S.A. Praça D. João I, nº 28 4000-295 Porto NIF / NIPC: 501 525 882					19 855,31 €	19 855,31 €				Mútuos	Banco Comercial Português, S.A. Praça D. João I, nº 28 4000-295 Porto NIF: 501 525 882
4	Cofidis, Sucursal em Portugal da S.A. Francesa Cofidis Espaço Berna, Avenida de Berna, nº 52, 6º 1069-046 Lisboa NIF / NIPC: 980 125 995			1 866,12 €			1 866,12 €				Mútuos	Susana A. Pereira Dr.ª Rua Tenente Espanca, nº 3 A 1069-046 Lisboa NIF: 212 689 282
5	Fazenda Nacional (Autoridade Tributária) Rua da Prata, nº 10 1149-027 Lisboa			135 047,70 €			135 047,70 €				Relacionado	
6	Instituto da Segurança Social, I.P. Praça da Justiça 4714-505 Braga					220 238,43 €	165 499,81 €	54 738,62 €	Taxa anual de 6,351% (artigo 3º, nº 1 do Decreto-Lei 73/99 de 16-03, com a redacção dada pela Lei 3-B/2010, de 28-04, do Aviso nº 27831-F/2010, de 31-12 e dos artigos 21º e 212º da Lei 110/2009, de 16-09)		Reversão	Paula Jorge Oliveira, Dr.ª Praça da Justiça 4714-505 Braga NIF: 175 812 284
7	Intrum Justitia Portugal Unipessoal, Lda. (cessão de créditos de Banco Comercial Português, S.A.) Alameda dos Oceanos, Edifício Espace nº 59, Piso 1, Bloco 2 A/B, Parque das Nações 1990-207 Lisboa NIF / NIPC: 503 933 180			66 455,79 €			53 020,40 €	13 435,39 €	Taxa de juro legal		Cessão créditos	Intrum Justitia Portugal Unipessoal, Lda Alameda dos Oceanos, Edifício Espace nº 59, Piso 1, Bloco 2 A/B, Parque das Nações 1990-207 Lisboa NIF: 503 933 180
8	Intrum Justitia Portugal Unipessoal, Lda. (cessão de créditos de Barclays Bank, PLC) Alameda dos Oceanos, Edifício Espace nº 59, Piso 1, Bloco 2 A/B, Parque das Nações 1990-207 Lisboa NIF / NIPC: 503 933 180			3 943,68 €			2 970,13 €	973,55 €	Taxa de juro legal		Cessão créditos	Catarina F. Pereira, Dr.ª Praceta da Juventude, Lote 14, 2º E 2975-339 Quinta do Conde NIF: 226 817 520
9	Novo Banco, S.A. Avenida da Liberdade, nº 195 1250-142 Lisboa NIF / NIPC: 513 204 016			38 764,96 €		68 601,64 €	71 697,97 €	35 668,63 €	Taxa de juro contratual de 28% (conta D.O.; 9,5%+2% (mútuos); 27,468% (cartão crédito); 30% (garantia bancária - aval); 4,749%+2% (mútuos - fiança)	Conta D.O.; Mútuos; Cartão crédito; Aval; Fiança		Ana Pais, Dr.ª Avenida da Boavista, 3265 - 2.8 4100-137 Porto NIF: 201 380 064
Total						253 459,02 €		308 695,38 €	456 635,83 €	105 518,57 €		

16 de junho de 2016

O Administrador da Insolvência

(Nuno Oliveira da Silva)

Insolvência de “Virgílio António Leite de Sousa”

Processo nº 2374/16.2T8VNF da Instância Central de Vila Nova de Famalicão – 2ª Secção de Comércio – J1

A n e x o B

(Relação dos créditos reconhecidos, nos termos do nº 2 do artigo 129º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa: informações sobre as garantias, privilégios e condições suspensivas e/ou resolutivas dos créditos reconhecidos)

Insolvência de "Virgílio António Leite de Sousa"

Processo nº 2374/16.2T8VNF da 2ª Secção de Comércio (J1) da Instância Central de Vila Nova de Famalicão

Lista dos créditos reconhecidos (nº 2 do artigo 129º do C.I.R.E.) - Outras informações

#	Identificação do Credor	Garantias		Privilégios	Condições		Notas
		Reais	Pessoais		Suspensivas	Resolutivas	
1	Banco Comercial Português, S.A. Praça D. João I, nº 28 4000-295 Porto NIF / NIPC: 501 525 882				19 855,31 €		Crédito sob condição suspensiva refer-se ao valor devido por aval prestado em contratos de mútuo, caso estes entrem em incumprimento
2	Instituto da Segurança Social, I.P. Praça da Justiça 4714-505 Braga				220 238,43 €		Crédito sob condição suspensiva diz respeito ao valor devido no caso de se verificar a reversão contra o devedor
3	Novo Banco, S.A. Avenida da Liberdade, nº 195 1250-142 Lisboa NIF / NIPC: 513 204 016				68 601,64 €		Crédito sob condição suspensiva refere-se a aval prestado a garantia bancária e a fiança prestada em contrato de mútuo, caso estes entrem em incumprimento
Total					308 695,38 €		

16 de junho de 2016

O Administrador da Insolvência

(Nuno Oliveira da Silva)

Insolvência de “Virgílio António Leite de Sousa”

Processo nº 2374/16.2T8VNF da Instância Central de Vila Nova de Famalicão – 2ª Secção de Comércio – J1

A n e x o C

(Relação dos créditos não reconhecidos, nos termos do nº 3 do artigo 129º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa: valores não reconhecidos e motivos justificativos)

Insolvência de "Virgílio António Leite de Sousa"
Processo nº 2374/16.2T8VNF da 2ª Secção de Comércio (J1) da Instância Central de Vila Nova de Famalicão
Lista dos créditos não Reconhecidos (nº 3 do artigo 129º do C.I.R.E.) - Valores não reconhecidos e motivos justificativos

#	Identificação do Credor	Valor do Crédito			Motivo do não reconhecimento	Mandatário
		Reclamado	Reconhecido	Não Reconhecido		
1	Banco Comercial Português, S.A. Praça D. João I, nº 28 4000-295 Porto NIF / NIPC: 501 525 882	19 855,31 €	19 855,31 €	Crédito reconhecido com natureza distinta	Crédito reconhecido sob condição suspensiva, uma vez que o credor não demonstra ter interpelado o insolvente para pagamento dos valores em causa, nem demonstra que os contratos estejam em incumprimento	Banco Comercial Português, S.A. Praça D. João I, nº 28 4000-295 Porto NIF: 501 525 882
2	Banco Santander Consumer Portugal, S.A. Rua Castilho, nº 2 e 4 1250-069 Lisboa NIF / NIPC: 503 811 483	5 307,13 €	0,00 €	5 307,13 €	Não reconhecido o crédito reclamado, uma vez que o contrato junto pelo credor encontra-se por preencher (apesar de assinado pelo insolvente), nem tampouco o credor demonstra qual o valor que se encontra em dívida, desde que data o insolvente está em incumprimento e a taxa de juro de mora aplicada	Miguel Lopes da Costa, Dr. Avenida Aida, nº 353 2765-187 Estoril, Lisboa
3	Instituto da Segurança Social, I.P. Praça da Justiça 4714-505 Braga	220 238,43 €	220 238,43 €	Crédito reconhecido com natureza distinta	Crédito reconhecido sob condição suspensiva, pois credor não demonstra ter efectuado, de forma definitiva, a reversão contra o devedor	Paula Jorge Oliveira, Drª Praça da Justiça 4714-505 Braga NIF: 175 812 284
4	Novo Banco, S.A. Avenida da Liberdade, nº 195 1250-142 Lisboa NIF / NIPC: 513 204 016	107 366,60 €	107 366,60 €	Crédito reconhecido com natureza distinta	Crédito relativo a fiança prestada em contrato de mútuo (Euros 65.162,22) reconhecido sob condição suspensiva, uma vez que o credor não demonstra ter interpelado o insolvente para pagamento do valor em causa, nem demonstra que o contrato esteja em incumprimento; Crédito relativo a aval prestado a garantia bancária a favor da EDP (Euros 3.439,42) reconhecido sob condição suspensiva, uma vez que o credor não demonstra ter interpelado o insolvente para pagamento do valor em causa, nem demonstra que tal garantia bancária foi satisfeita e paga ao beneficiário	Ana Pais, Drª Avenida da Boavista, 3265 - 2.8 4100-137 Porto NIF: 201 380 064
Total		352 767,47 €	347 460,34 €	5 307,13 €		

16 de junho de 2016

O Administrador da Insolvência

(Nuno Oliveira da Silva)

Insolvência de “Virgílio António Leite de Sousa”

Processo nº 2374/16.2T8VNF da Instância Central de Vila Nova de Famalicão – 2ª Secção de Comércio – J1

A n e x o D

(Lista dos créditos reconhecidos que não foram reclamados)

Insolvência de "Virgílio António Leite de Sousa"

Processo nº 2374/16.2T8VNF da 2ª Secção de Comércio (J1) da Instância Central de Vila Nova de Famalicão

Lista dos créditos reconhecidos mas não reclamados

#	Identificação do Credor	Crédito	Motivo
1	Banco BPI, S.A. Rua Tenente Valadim, nº 284 4100-476 Porto NIF / NIPC: 501 214 534	6 210,00 €	Relacionado
2	Fazenda Nacional (Autoridade Tributária) Rua da Prata, nº 10 1149-027 Lisboa	135 047,70 €	Relacionado
	Total	141 257,70 €	

16 de junho de 2016

O Administrador da Insolvência

(Nuno Oliveira da Silva)